



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI – BIOPIRATARIA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1262/05	DATA: 25/8/2005
INÍCIO: 10h32min	TÉRMINO: 11h54min	DURAÇÃO: 1h22min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h22min	PÁGINAS: 27	QUARTOS: 17

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

LEONARDO COUTINHO - Jornalista da revista *Veja*.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados.
Há intervenções inaudíveis.
Houve exibição de vídeo.
Há expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Declaro aberta a 40ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar o Tráfico de Animais e Plantas Silvestres Brasileiros, a Exploração e o Comércio Ilegal de Madeira e a Biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 39ª reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Solicito a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Atendendo ao pedido do Deputado Hamilton Casara, fica dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada a ata da 39ª reunião.

Em decorrência da aprovação de requerimento de autoria dos Deputados Dr. Rosinha e Zé Geraldo, esta Comissão se reúne hoje em audiência pública para ouvir as seguintes testemunhas: Sr. Leonardo Coutinho, jornalista da revista *Veja*, e Sr. Amauri de Oliveira Nunes, ex-associado da Amazon Conservation Team.

Convido o Sr. Leonardo Coutinho a tomar assento à mesa.

Solicito-lhe que preste juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. LEONARDO COUTINHO - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O Código de Processo Penal brasileiro prevê, tipifica o crime de falso testemunho, assim descrito: “Art. 342. Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha...” E ao mesmo culmina uma pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa.

O Sr. Leonardo Coutinho tem direito, se lhe aprouver, por até 20 minutos, ao uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados.

O SR. LEONARDO COUTINHO - Bom-dia. Obrigado, Presidente. Eu tenho somente o interesse de fazer uma comunicação a esta Comissão. No dia 22 de julho



agora passado, eu recebi uma ligação do Sr. Leivino Ribeiro, Presidente da AMMAPA, que esteve aqui depondo alguns dias antes dessa ligação, e nessa conversa ele, após manifestar diversos tipos de agressões verbais e de tentar desqualificar a reportagem publicada por *Veja* em 15 de junho, ele, pelo menos no meu modo de pensar, me fez uma ameaça velada. Após ser orientado por mim a não me agredir mas que procurasse os mecanismos legais para contestar seus direitos de resposta ou justificar a sua indignação, seja o que for, ele afirmou que não confia na Justiça e que prefere usar seus próprios métodos; que juiz nenhum me prenderia, me bateria ou mataria, que portanto ele que resolveria esse problema. Eu fiz uma comunicação à Polícia Civil do Estado do Pará no dia 25/7 — eu trouxe uma cópia que gostaria de entregar à Comissão — afim de que se tomasse conhecimento desse fato, apenas. Estou à disposição para perguntas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Agradecemos, para que passe a fazer parte do material desta CPI, que será analisado pelo Sr. Relator.

Passamos a palavra ao Relator, Deputado Sarney Filho, para suas perguntas.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Antes de tudo, Sr. Presidente, gostaria de me congratular com o jornalista Leonardo Coutinho pela investigação que realizou, que gerou a reportagem da revista *Veja* de 15/6 deste ano, e desde já dizer também, Sr. Presidente, requerer que esta denúncia que nos foi entregue seja encaminhada de pronto ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal e à Secretaria de Segurança do Estado do Pará, para que, conforme a conveniência, possam tomar as medidas de precaução necessárias no resguardo das garantias individuais do jornalista Leonardo Coutinho.

Eu vou ser muito breve nas perguntas.

Após todas as repercussões advindas da reportagem “*O PT deu a senha para desmatar*”:

V.Sa. acredita necessitarem ter sido melhor explicitadas?

Que informações, segundo V.Sa., teriam faltado?

V.Sa., hoje, faria alguma correção àquilo que foi veiculado?

O SR. LEONARDO COUTINHO - Bom-dia, Deputado. Correção, não, porque todo o material que foi publicado na reportagem “*O PT deu a senha para desmatar*”



foi resultado de uma apuração que se iniciou em março deste ano e se baseou em entrevistas com 4 fontes, algumas dessas preservadas pelo sigilo, pelo *off*, por temerem represálias na região. Porque imaginem só: se um madeireiro é capaz de ligar para a revista e fazer esse tipo de ameaça a quem todas as condições de se defender e de levar a conhecimento público esse tipo de ameaça, imaginem quem vive nessas regiões mais ermas da Amazônia, que não tem Justiça garantida, proteção garantida e acesso às garantias fundamentais. Então, essas fontes continuam mantidas em sigilo por mim, pelo compromisso de *off*, garantido por lei, mas não há uma correção dessas informações. Após matéria publicada, algumas pessoas procuraram a reportagem — não só a mim quanto ao colega André Rizek — para apresentar novos elementos, elementos esses que não estão publicados. Mas todos, por temerem represálias, não quiseram falar publicamente do que se tratava. E, então, por não haver mais condições de manter as informações sob *off*, a gente tomou a atitude de não publicar. Mas são pessoas que revelaram datas da ocorrência desse encontro onde foi negociada essa troca de apoio político por liberação de madeira, que teria ocorrido em agosto — essa é uma informação que o senhor me pede —, teria ocorrido em agosto, na casa do Sr. Leivino Ribeiro, com a presença das pessoas citadas na reportagem.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Em mensagem veiculada no *site* oficial do Deputado Zé Geraldo intitulada “*Veja mentiu*”, logo após a reportagem, consta que “*a matéria publicada na revista Veja desta semana agrediu de maneira violenta os Parlamentares Zé Geraldo e Aírton Faleiros. Tais acusações e denúncias, pelo fato de surgirem apenas para atacar os Parlamentares do Partido dos Trabalhadores e, dessa forma, também atacar diretamente o Governo Lula, foram desmentidas, o que comprova*” — eu estou aqui citando o que está no *site* —, “*o que comprova a falta de sustentação e a intenção de terceiros em levar à população fatos que desgastariam a imagem das pessoas citadas.*”

V.Sa. tem alguma coisa a comentar sobre essas afirmações?

O SR. LEONARDO COUTINHO - Essas afirmações partiram de notas que foram distribuídas pelas fontes da matéria e que, não sei por qual razão, negaram o que foi publicado. Mas eu tenho acompanhado o trabalho desta Comissão e tenho



visto que voltaram atrás, e as informações foram confirmadas. Então, não procede isso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Na mesma mensagem, afirma-se que o SINDIFLORESTA, citado na reportagem como um dos articuladores da denúncia, informou que o sindicato jamais foi procurado pela revista *Veja* e jamais mencionou nomes de políticos do PT.

O que V.Sa. tem a declarar sobre isso?

O SR. LEONARDO COUTINHO - No dia 12 de junho, o jornal *O Liberal*, que é o principal jornal em circulação no Estado do Pará, trouxe uma reportagem de capa em que aparecia o Presidente do Sindicato se apresentando como denunciante. Ele não é o denunciante, ele não é a fonte de *Veja*, ele nunca foi procurado pelos repórteres. Então, isso é verdade; não é ele o informante. Posteriormente ele negou, a terceira fonte. Ficou essa confusão, mas eu, como um dos autores da reportagem, afirmo que nunca procurei essa pessoa, nem sequer o conheço, nem falei.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Só para um esclarecimento, porque não entendi direito. Ele foi citado pelo jornal *O Liberal*...

O SR. LEONARDO COUTINHO - Jornal *O Liberal* como a fonte de *Veja*. Mas não é.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Está bom. Certo. Ainda na mesma mensagem, é feita referência à nota de repúdio da AMMAPA, a qual contesta a reportagem, considerando o seu conteúdo baseado em informações mentirosas e montadas para atingir diretamente pessoas comprometidas com o desenvolvimento do Pará. Eu vou acrescentar a isso a pergunta se V.Sa. entrevistou o Deputado Estadual Airton Faleiros para elaborar a reportagem. Em caso afirmativo, porque nenhuma declaração do Parlamentar foi nela incluída?

O SR. LEONARDO COUTINHO - Eu não entrevistei o Deputado Airton Faleiros.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Não entrevistou. E no que diz respeito a essa contestação da AMMAPA, algum comentário sobre isso?

O SR. LEONARDO COUTINHO - Eu acho que fez parte dessa estratégia de desqualificação da informação e desqualificação de fontes, apenas, porque,



posteriormente, já encaminhei a esta Comissão gravações e já foi confirmado o que se refere à AMMAPA na história.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - V.Sa. entende que esse assunto “safra legal” já está devidamente esgotado no plano jornalístico ou V.Sa. entende que as irregularidades relativas a essa matéria ainda são passíveis de um aprofundamento ainda maior do que esta Comissão tem feito?

O SR. LEONARDO COUTINHO - Jornalisticamente... Acho que são duas coisas diferentes. Jornalisticamente, acho que, sim, merece um trabalho mais aprofundado. Mas a situação chegou a um grau de cerceamento de informação na região que impede o desenvolvimento dos trabalhos de apuração. Então, não há como. Por medo, sei lá, preocupações diversas, não se fala sobre isso mais. Agora, falando sobre o trabalho da Comissão dos Parlamentares, eu posso dar uma opinião de alguém de fora. Eu acredito que os senhores têm um poder de investigação muito mais amplo e muito mais profundo que permite quebra de sigilos fiscais, telefônicos que permitem ir mais a fundo nessa investigação. Essa é a minha opinião.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - O Deputado Zé Geraldo está aí. Essa pergunta, então, acho que ficaria... Certamente ele vai se referir a isso. O Deputado Zé Geraldo afirma que as fitas gravadas que deram base à reportagem em nenhum momento seu nome foi mencionado como intermediário do esquema ou que tivesse ciência de que ele ocorria. V.Exa. tem algum comentário a falar sobre isso?

O SR. LEONARDO COUTINHO - As fitas que foram divulgadas aqui na Comissão e encaminhadas à Polícia Federal são apenas parte da apuração. A fita que nos foi apresentada pelo Deputado Federal Babá é uma das fitas. Existe uma outra desse nosso denunciante, dessa nossa primeira fonte que descreve a reunião, cita o nome dos dois Deputados. Ele fala a respeito, dá um pouco de detalhes, e os Deputados são citados também num documento que, se não me falha a memória, já encaminhei a esta Comissão, que é um relato escrito de uma dessas fontes também que aponta o Deputado Federal e o Deputado Estadual como intermediadores dessa negociação. Além disso, três outras fontes utilizadas pela matéria são moradores de Altamira, no Pará. Um é empresário, participou dessa reunião, afirma ter dado dinheiro. A razão seria por questão fundiária, nem seria madeira. Afirma que os Parlamentares estiveram na reunião presentes junto com outras pessoas da cidade



de Anapu e que teria sido no dia em que até ocorreu um comício do candidato Chiquinho, e depois foram para esse comício. E foi a base da nossa apuração. A matéria é produto de uma investigação jornalística que tem suas fontes, que apresentou seus elementos, e eis a razão do nome dos Deputados terem sido citados. Não haveria nenhuma outra razão para que isso ocorresse.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Eu já encerrei as minhas perguntas aqui, as formais, mas eu gostaria de aproveitar a presença do jornalista Leonardo Coutinho, assim uma impressão: nós estamos vivendo tempos assim difíceis, muita gente tem apontado como épocas de denunciamentos e até irresponsáveis às vezes. Muita gente tem apontado isso. Essa matéria, como surgiu essa matéria para que fosse elaborada? Havia boatos, houve uma fonte só, ou foi o Deputado Babá que detonou essa investigação? Como foi que surgiu, só por curiosidade mesmo, assim para sabermos como se encaixa essa matéria nesses tempos atuais.

O SR. LEONARDO COUTINHO - Bem, vou tentar explicar qual foi o processo de apuração. No meu modo de pensar, essa apuração começou antes mesmo da própria denúncia, curiosamente. Eu estive na cidade de Anapu, cheguei lá no dia 14 de fevereiro, no dia do sepultamento da irmã, da freira Dorothy Stang, e fiquei por lá uma semana. E eu estive na casa do Sr. Leivino Ribeiro, estive com diversos madeireiros, e todos estavam reclamando da falta de TPF para transportar madeira. Eles diziam: " *O nosso problema não é madeira, o nosso problema é TPF.*" E eu fui em alguns pátios, estavam todos abarrotados de madeira, abarrotados de madeira. Não liguei muito as coisas, não tinha porquê suspeitar ou ligar, eu não sou fiscal do IBAMA, não sei quais são os procedimentos. Não sei, mas, bem, eu quis entrevistar o Chiquinho, que era apontado na cidade como o braço direito da freira e era um candidato que tinha aglutinado o apoio dos madeireiros, era público e notório na cidade isso. E o Leivino fazia questão de enfatizar isso. Mas essa entrevista não pôde ocorrer, porque o Leivino... Não ocorreu, não é que não pôde, não ocorreu, porque o Leivino administrava a agenda do Chiquinho. Ele falou: "*O Chiquinho só pode ser entrevistado aqui em casa, vem hoje às 7h.*" Mas como eu sou um repórter, trabalho da forma mais independente possível, não preciso desses mecanismos de intermediação, eu fui à casa do Chiquinho. O Chiquinho não me atendeu. E ele não me atendeu porque atrás de mim veio uma caminhonete com madeireiros atrás do



carro, e foi lá comigo no Chiquinho para garantir que o Chiquinho só daria entrevista na casa do Leivino. Estranho demais para mim, mas ficou isso. Passados alguns dias, eu recebi uma ligação de uma pessoa de Altamira me informando da existência do tal adesivo que funcionava como salvo-conduto para transporte de madeira lá. E eu falei: *“Mas salvo-conduto a partir de que?”* Era o seguinte: aí ele explicou a história que está explicada na reportagem, que veio a se confirmar posteriormente. Mas eu pedi que me mandasse provas. Aí me chegou por fax uma cópia do adesivo e chegou para mim um relato do que seriam as coisas. Eu consultei meu editor sobre o caso e nós chegamos à conclusão de que não existia reportagem ali. Porque o adesivo era tão ridículo, tão patético, que, ou a quadrilha que o montou desdenhava do mundo, ou alguém estava com uma armação contra o PT. Esse era o nosso modo de pensar. Isso foi em março. Passados alguns dias, chegou para mim uma fita em que aparecia um diálogo entre duas pessoas, evidentemente não posso revelá-las sob o compromisso de sigilo de fonte, em que um participante dessa reunião daria detalhes de como funcionaria esse adesivo: quem fez, aí surgiu o nome da H.B. Lima, aí surge o nome dos Parlamentares, aí surge a quantia, falava-se em 300 mil, e surgem os nomes de funcionários do INCRA e do IBAMA, envolvidos. Eu reabri a investigação a partir daí, eu comecei a procurar outras pessoas, e a história foi-se confirmando. Até o dia... final de março, liguei para o Leivino já com uma apuração bastante consolidada para saber se ele tinha dado o dinheiro. E aí ele confirmou que deu o dinheiro. Ele estava com muito medo de falar. É verdade que o Leivino é um denunciante, talvez a verdade dessa nota dele, que ele não é o denunciante, ele confirma informações. Ele não tomou a iniciativa de denunciar, mas ele chegou até nessa conversa a falar: *“Eu vou consultar o pessoal para saber se eu falo ou não.”* Ele nunca me retornou. Mas nesse dia eu falava: *“Vocês deram dinheiro, Leivino?”* *“Dei”.* *“Quanto?”* *“Com tudo”* — ele fala — *“com tudo, os dois milhões”.* Eu falei: *“Só campanha?”* *“Não, é logística do processo, extração de madeira, transporte e tal”.* Ele me confirmando que houve esses depósitos e eu batendo com as declarações de campanha. Ninguém declarou, ninguém declarou esse dinheiro dos madeireiros. Já havia um problema ali de caixa 2, além da questão do uso do Instituto do Meio Ambiente para essas questões de busca de apoio político. No dia seguinte, eu liguei para H.B. Lima, isso já no dia 1º



de abril. E a empresa H.B. Lima, no primeiro momento, contornou, não queria confirmar a história. Confirmou que o adesivo era verdadeiro, para minha surpresa, porque eu não esperava que era verdadeiro, eu não acreditava e eu insisti em não acreditar, mas ela confirmou que era verdadeiro. Num determinado momento da conversa, eu perguntei para que servia esse adesivo, e ela disse que, antes na verdade, tinha sido criado símbolo para identificar os caminhões participantes do esquema. Mais no final, mais para frente, ele fala: *“Lembra quando você me perguntou sobre o símbolo e tal, era esse símbolo que permitia aos fiscais saberem que caminhão ou não que poderia passar”*. Feito isso, nós começamos a procurar a gráfica que teria feito o adesivo, porque até então não tinha o adesivo. Não consegui localizar... Ninguém fez o adesivo. Ninguém fala. Liguei em todas as gráficas de Altamira e ninguém fez o adesivo, embora a afirmação tenha sido de que o adesivo tinha sido feito lá. E a apuração foi ficando complicada, porque não tinha novos elementos. Até que na semana que antecedeu a publicação o Deputado Babá me procurou, fez uma ligação, ligou no meu celular, era uma manhã, me dizendo que havia conseguido novas provas, que ele tinha provas de um esquema no partido, no Pará. Ele nem sabia que eu tinha as outras coisas. Aí eu falei: *“Eu tenho essa história aqui, e o que o senhor tem?”* Aí ele tinha o adesivo, adesivo esse que foi publicado pela revista, uma reprodução e uma outra gravação; uma outra gravação em que o sujeito aparece dizendo a mesma história que nós havíamos apurado. Feito isso, nós tínhamos... nós chegamos à conclusão de que era o momento para publicar a matéria, por quê? Porque nós tínhamos a apuração feita por fontes distintas, em momentos distintos, que contava a mesma história, quatro pessoas confirmaram a presença dos Parlamentares na reunião em que se discutiu esse esquema e o adesivo era verdadeiro, estava tudo confirmado. Mesmo assim, pelo fato de a gente não ter nenhum Deputado, nenhum dos dois Deputados citados, que é o Deputado Zé Geraldo e o Deputado Airton Faleiros, Deputado Estadual pelo Pará, aparecerem falando nas fitas, etc. e tal, nós fizemos a opção de publicar atribuindo a acusação aos denunciantes de que... Pessoas que participavam dessa reunião denunciavam e diziam que eles eram os supostos envolvidos. Então, a gente teve... Esse foi o processo de apuração, a matéria foi veiculada quase 3



meses depois que a denúncia foi feita. Então, esse é mais ou menos resumidamente o processo.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Obrigado, Sr. Presidente. Encerro minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Antes de abrir a palavra aos Deputados, vamos exhibir uma fita. São apenas alguns minutos de uma gravação feita pelo Sr. Amarildo Formentini.

(Segue-se exibição de vídeo.)

O SR. AMARILDO FORMENTINI - Sr. Presidente, são vários. Só que aí foi feito um DVD que não está aqui no momento. Que aí vão ser mais... Vai gastar... Ao todo são cinco gravações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Mas já é suficiente.

Vamos passar a palavra aos Deputados. O primeiro inscrito é o Deputado Zé Geraldo. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, a primeira pergunta: isso foi uma diligência que foi feita?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Quando foi autorizada essa diligência pela CPI?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - A CPI que pediu. Depois, eu quero ver, Sr. Presidente, porque a CPI está fazendo coisas inclusive de indicar... A CPI indicou, inclusive, para o IBAMA, um funcionário do IBAMA, que está citado também como quem cometeu irregularidades, para coordenar uma fiscalização nessa própria área em que se denunciam irregularidades. Então, acho que a CPI não pode indicar. A CPI pode até... Então, eu já pedi, inclusive, que fosse revisto. Não sei se já foi tomada providência. É possível me passar uma cópia do ofício que a CPI denunciou o IBAMA?

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Verbalmente, eu já falei com a assessoria para que tomasse as providências.



O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - É possível que a CPI faça oficialmente isso ao Presidente do IBAMA?

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - É possível.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Porque, senão, esta CPI vai ficando, não é... quer dizer, oficializa e, depois, não “desoficializa”. É complicado. Eu gostaria que a CPI hoje oficializasse ao Presidente do IBAMA, desfazendo a indicação de um funcionário do IBAMA de Altamira que está envolvido nas denúncias para coordenar a fiscalização naquilo que está sendo denunciado. Quer dizer, é bom a gente fazer as coisas de forma bem mais prudente.

Bem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Leonardo Coutinho, jornalista da *Veja* — é um prazer conhecê-lo, pois não o conhecia —, meu requerimento, inclusive, parece que propôs a convocação do Leonardo e do André, porque eu tenho o entendimento de que um estava em São Paulo e o outro, em Belém. É isso?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Então, eu não sei quem escreveu a matéria, se o de Belém escreveu e mandou para o de São Paulo, e o de São Paulo... Então, eu tinha feito esse requerimento. Pensei até, logo depois da proposição do requerimento, em retirá-lo, porque, na verdade, esta matéria já está tão debatida, tantos encaminhamentos já foram feitos. Mas, de qualquer maneira, apesar de que meu nome na matéria foi citado em apenas um local, eu cheguei à conclusão que tinha um objetivo claro de envolver um Deputado Federal que nunca teve nenhum envolvimento, nenhuma participação, a não ser de estar envolvido no debate florestal, principalmente do oeste do Pará. E aí eu quero dizer a todos os Deputados e Deputadas e a você que eu, desde quando cheguei nesta Casa, tem duas coisas, aliás, 3 coisas no oeste do Pará que eu tenho me envolvido de corpo e alma. Não tem como não se envolver.

Sou um Deputado Federal eleito, principalmente, naquela região. Aliás, o único Deputado Federal eleito do oeste do Pará. Só o Zé Geraldo do PT. Os outros partidos não conseguiram eleger um Deputado Federal. Santarém que já teve 3 Deputados Federais não tem mais nenhum. Os outros Deputados que se elegeram, elegeram-se com base de lá, mas não são daquela região toda do oeste. Temos



mais 2 aqui na ponta de cá, em Tucuruí, que é o Zé Lima e a... Bom, então, a questão das estradas: Cuiabá- Santarém, Transamazônica. A questão fundiária, inclusive, criamos a nova Superintendência do INCRA do oeste do Pará — hoje começa o planejamento —, a terceira. O Brasil tem 30 superintendências, o Pará tem 3, para ver o avanço que estamos tendo no sentido de resolver essa parte fundiária. E a questão florestal, porque como acabaram com a madeira do sul e sudeste do Pará, nós não temos mais 10% de florestas com a frente da Cuiabá, asfaltamento, rapidamente nos últimos 10 anos e principalmente nos últimos 4, nós chegamos a 300 serrarias na região. E praticamente todas, quase todas trabalhando na ilegalidade, porque se não resolve a parte fundiária não tem como legalizar a extensão da madeira. E começou-se a buscar alternativas nos assentamentos, porque isso aqui é área de assentamento. Começou-se a pensar, então, num modelo de que quando o agricultor fosse derrubando a sua área, dentro do limite dos 20 hectares, que a lei permite, ele pudesse aproveitar essa madeira.

Então, se for querer buscar gravação de diálogo com pessoas que trabalham com madeira, é bem provável que se encontre. Agora, eu desafio: se vocês forem buscar gravações que me envolvam em esquema de arrecadação de dinheiro, não vão encontrar. Certo? Não vão encontrar porque as fitas que eu já ouvi, a do Babá, ele pergunta para o cidadão: *“Mas o Deputado Zé Geraldo estava envolvido nesse esquema?”* Aí, ele falou: *“Olha, eu não sei, se o Deputado está, eu penso que ele tem conhecimento.”* E aqui na matéria, então, como é que ela ficou escrita, não é? *“O esquema, segundo um representante do sindicato dos reflorestadores do Estado do Pará, Sindifloresta, era intermediado pelo Deputado Federal Zé Geraldo e pelo Deputado Estadual Airton Faleiros.”* Era intermediado, ou seja, a gente estava no processo intermediando essa coisa toda. É bem diferente. O fato de você participar em uma audiência, onde estão presentes o IBAMA, o INCRA, falando inclusive do PDS... Até hoje a previsão é que o Exército chegue esta semana para fazer o georeferenciamento lá no assentamento, onde foi morta a Irmã Dorothy. Fazer o georeferenciamento para poder, inclusive, legalizar e assentar aproximadamente 300 famílias.

Aqui já foi dito e todo mundo sabe que o programa não funcionou como deveria, com a legalidade, porque é aquilo que o agricultor disse aqui. Ele foi pedir



uma autorização de desmate para uma propriedade que já estava desmatada mais dos 20%, já está na ilegalidade. Essa é outra coisa que nós estamos debatendo nessa questão da Lei Ambiental, porque neste caso é um projeto novo, mas na colonização oficial, de 30 anos, que a lei era 50%, quer dizer, quem derrubou 50% agora é obrigado inclusive a reflorestar.

Então, essa situação é muito mais profunda, que nós vamos precisar, inclusive, ver como ajudar muitos agricultores que moram naquela região, muitas pessoas que moram naquela região para poder desenvolver a sua atividade econômica, porque, até então, inclusive os órgãos do Governo, IBAMA, não têm nem como atuar direito. Tanto é que está paralisado o setor madeireiro. Aí no Anapu, antes, durante e depois da campanha eleitoral, já foi provado aqui o número de multas que teve. O Governo nunca foi conivente. Porque a matéria fala do IBAMA e do INCRA aqui também. E eu tenho que fazer uma defesa das pessoas porque nunca foram coniventes. Nunca se multou tanto no Anapu. Os depoentes todos falaram aqui como foram multados.

Bom, eu queria, então, fazer esse comentário. O fato, uma das coisas que me preocupou, acho que foi por isso que eu propus aqui a vinda do jornalista, porque um depoente afirmou que essas 2 fotografias que estão na matéria, nem a derrubada e nem a madeireira é do Município de Anapu. Então, eu queria que você fizesse um comentário sobre isso, porque não é possível fazer uma matéria sobre Anapu desse tamanho, dessa dimensão, e as 2 fotografias a serem colocadas na matéria não ser, já que você disse que esteve lá pessoalmente, me parece, no próprio Município de Anapu.

Então, a primeira pergunta que eu queria, foi uma das coisas que me motivou a te convidar, eu queria que você já fizesse um comentário sobre se essas fotografias são ou não são lá do Município de Anapu.

O SR. LEONARDO COUTINHO - É um prazer, Deputado. Estive em Anapu, sim, fui apresentado ao senhor lá. O senhor estava numa Hilux preta do Leivino, quando uma pessoa me apresentou ao senhor, saindo do enterro. Mas como tinha muita gente se aproximando do senhor, o senhor não deve se lembrar. Essas fotos não são do Anapu. Foram adquiridas na cidade de Belém, na agência Interfoto, como fotos de desmatamento para ilustrar a reportagem. Como posso explicar? É



um procedimento com uso de fotos de arquivo. São fotos genéricas, para ilustrar o fato. A foto de abertura, se não me falha a memória, é uma foto aberta de uma área queimada na região da Transamazônica. É de Altamira.

(Não identificado) - Exato. Essa foto é de Altamira.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - O senhor sabe que a foto é de Altamira? Não é de Anapu. A primeira coisa...

O SR. LEONARDO COUTINHO - Não. Essa foto é de Altamira.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Não pode ser de Mato Grosso, de Rondônia?

O SR. LEONARDO COUTINHO - Não, de forma alguma, porque veio identificada pela agência. E essa serraria também é da região de Altamira. É exatamente, região de Altamira. Essas 2 fotos são de Altamira.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Mas se vocês estão fazendo uma matéria sobre Anapu, se o foco é Anapu, você esteve no Anapu, cita inclusive a morte da irmã Dorothy na matéria. Tudo é em Anapu: o Plano Safra é no Anapu, o adesivo que demonstra esquema é no Anapu, as pessoas, a maioria citada é de Anapu, e vocês pegam uma foto de outro, um arquivo, que você nem sabe direito se é de Altamira ou se é de... Você não acha que desqualifica?

O SR. LEONARDO COUTINHO - As fotos são de Altamira. Eu sei de onde são.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - De uma queimada de Altamira, de uma serraria de Altamira servindo para uma matéria de Anapu.

O SR. LEONARDO COUTINHO - Sim, porque as fotos são ilustrativas, como eu estou dizendo ao senhor. A informação da matéria está contida no texto. Desqualificar uma apuração jornalística pela ilustração... Por exemplo, quando o senhor faz campanha, o senhor pega uma foto do comício do senhor e bota lá. É a mesma coisa. Jornalisticamente, a gente não está... bem vamos discutir conceitos de ética e jornalismo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Eu nem posso discutir jornalismo com você porque eu não entendo de jornalismo.

O SR. LEONARDO COUTINHO - Não, não, de forma alguma, mas é para o senhor entender como funciona. A foto está aí. Está identificada como queimada a



destruição na Amazônia. Não tem aqui o texto mas as legendas, se não me falha a memória, não foram feitas por mim, mas não apontam como Anapu. São fotos genéricas, como a maioria das reportagens que o senhor lê no País.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Aqui diz que o PT deu senha para desmatar.

O SR. LEONARDO COUTINHO - É. A senha é o adesivo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - No caso aqui, os Deputados Zé Geraldo e o Airton Faleiro deram a senha para fazer desmatamento. Isso que (*ininteligível*) a matéria. Certo? Porque a matéria também citou o INCRA, o IBAMA.

O SR. LEONARDO COUTINHO - Sim. A razão da citação... Eu gostaria de voltar a uma colocação anterior, se o senhor me permite? O senhor disse que o objetivo era de envolver os Deputados. Pensa bem. O escândalo por si só, o esquema por si só, ele é notícia independentemente do envolvimento do senhor e do Sr. Airton Faleiro. Ele é notícia, ele tem valor notícia. Ele seria publicado independentemente de seu envolvimento ou não, segundo a acusação das fontes. O senhor aparece, sim. O senhor foi a fita do Babá. Mas no começo da minha colocação, um pouquinho antes de o senhor chegar, eu tinha dito que nós tínhamos várias fontes. O senhor aparece em 4 delas. São 2 fontes que deram a entrevista, estão protegidas por recurso porque têm medo do senhor.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Hum, hum.

O SR. LEONARDO COUTINHO - Não querem aparecer com medo de represálias. São de Altamira. O senhor aparece nesse documento. Chamo documento, embora não seja uma coisa registrada em cartório e tal, mas a fonte teve o cuidado de escrever, em que ele cita que o senhor e o seu colega de partido, Deputado Estadual Airton Faleiro fizeram parte e num determinado momento estavam representados pelo Elielson Soares e pelo Bruno Kempner numa dessas reuniões. Reuniões que não são audiências públicas. As fontes especificam bem que houve as audiências. Acredito até que o Sr. Leivino tenha trazido aqui um vídeo de uma dessas audiências que ele chegou a exibir para mim em Anapu. Mas não se trata das audiências. Houve o que foi resolvido na esfera pública e o que foi resolvido na esfera privada. Ao que eles se referem são as reuniões ocorridas na casa do Sr. Leivino. São coisas distintas. As audiências públicas tiveram cobertura



de imprensa, foram noticiadas, eu acompanhei durante todo o processo do Safra Legal que era uma proposta de legalização dessa madeira, que era ali, até então, comercializada de forma ilegal. E o Leivino ressaltou isso para mim dizendo que era a primeira vez que eles iam vender madeira de forma legal, mas o IBAMA, devido à morte da Dorothy Stang ainda estava devendo as TPFs. A questão das multas em Anapu, não tenho levantamento dessas multas, mas todas as pessoas que eu ouvi, e falo por base no meu trabalho de reportagem, o Estado nunca chegou ali antes da morte da freira. As fiscalizações começaram depois e muita gente do IBAMA. Há uma correção a se fazer. Dizer que o IBAMA todo é bandido é injusto. Isso é uma correção. Às vezes as pessoas pensam, são pessoas do IBAMA envolvidas. Tanto que quando a fiscalização chegou de Brasília essas madeiras foram apreendidas. Aí foi a origem do problema, porque quando a madeira foi apreendida as pessoas começaram a reclamar. Essas fontes que aparecem *in off* aqui é gente que esteve na reunião. É gente que afirma que deu 17 mil para a campanha a seu pedido. Então, essas são as fontes que nós usamos. O seu nome, Deputado, aparece na reportagem porque tem gente que te acusa.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Hum, hum.

O SR. LEONARDO COUTINHO - Por exemplo, se eu tentar desqualificar a reportagem por falta de arquivo e tentar desqualificar a informação porque o senhor ouviu uma das fitas e o seu nome não aparece, é temerário. Eu queria o que o senhor entendesse o quê? *Veja* não tem poder de polícia; não tem poder de justiça. Ali a gente não emite uma condenação ao senhor. O senhor e o seu colega aparecem em uma frase, na condicional, em que pessoas acusam o senhor, ou seja, isso precisa ser esclarecido. É claro, estou à disposição para dar tudo aquilo que tenho de instrumento, que me é permitido e que não quebre os meus compromissos com as minhas fontes, que são base do meu trabalho. Agora, o senhor, como parte desse processo de investigação — aqui é uma avaliação pessoal — peca no sentido de, no primeiro momento, ter tentado desqualificar uma reportagem, por meio de suas notas, *sites* e tudo o mais, usando informações que foram desmentidas depois. Eu até verifiquei nos seus *sites* e nem está lá mais. Bom que o senhor tirou isso, porque era uma bobagem tremenda da AMMAPA e da HB Lima ficar tentando dizer o que não é. Porque eles disseram. Por exemplo, duas dessas fontes até estavam



dispostas a vir à Comissão, mas, depois que o senhor entrou na Comissão, eles não querem vir mais, porque eles acham que não tem independência suficiente esta Comissão — com todo o respeito ao trabalhos dos senhores, eu não quero julgar, mas estou reproduzindo —, eles acham que ficam prejudicados, porque eles não têm direito a preservar sua própria identidade. Então, é mais ou menos parecido com o negócio do IBAMA: o cara que é envolvido na denúncia vai fiscalizar?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Em relação às fotos, o que quero dizer é o seguinte: considere que as pessoas que escreveram a matéria não conheciam a dinâmica que foi trabalhada para se chegar ao Safra Legal. E aí colocou como um esquema de corrupção. Não é esse o meu problema. Colocou o esquema de corrupção de um monte de pessoas que trabalharam num esforço de construir uma alternativa para fazer a economia, naquele Município, funcionar de forma legal. Então, uma pergunta que faço: você tinha conhecimento do que era o Programa Safra Legal? Tem hoje? O que significou, qual era o objetivo, inclusive, do programa? Você tem uma noção hoje? Naquele tempo talvez não tivesse, mas, depois desse processo todo de debate, onde já esteve aqui o INCRA, o IBAMA, vários depoimentos, inclusive do Sindicato, da Associação... Aqui mesmo o Leivino disse para você — e eu queria que você confirmasse — que houve um investimento de aproximadamente 2 milhões. Aí na fita se pergunta assim: *“Sim, mas isso foi para campanha?”* Ele falou: *“Entre ajuda de campanha e o trabalho que foi feito”*. Porque, realmente, foi um trabalho grande. Como tudo tinha que ser às pressas, realmente, porque estava num período de safra, e houve, então, essa participação. Então, foi uma coisa aberta, não foi uma coisa escondida, de que participaram os órgãos federais. E a matéria colocou, assim, como uma coisa totalmente criminosa. Então, essa é a ... É por isso que penso que as fotos poderiam ter sido do Anapu. Então, dá uma noção assim de uma coisa superficial. Não vamos fazer. O objetivo aqui é... Porque está no momento, a *Veja* foi fazendo seguidas matérias contra o PT, contra o PT, contra o PT. Claramente, a posição da *Veja* é contra o PT — isso aí está muito claro —, nesse processo dos 100 dias de enfrentamento com o Governo Lula. E, por exemplo, eu não fui ouvido em nenhum momento, as pessoas não foram ouvidas. O Deputado Airton Faleiro diz que foi ouvido por uns 10 minutos, e não saiu sequer uma vírgula do que ele falou na matéria. Então, essas coisas foram assim, dando a



entender que realmente havia um objetivo único de poder desmobilizar, diminuir e atacar o Governo, naquela região, que faz um enfrentamento. Nunca um Governo fez um enfrentamento com a grilagem de terra, com o narcotráfico, com tudo que tem de ruim naquela região, como o Governo Lula está fazendo. E, quando a irmã Dorothy foi morta, foi exatamente no momento do enfrentamento, onde a Terra do Meio — estavam sendo decretadas já algumas reservas —, a Verde Para Sempre. Tanto é que, no dia em que a Dorothy morreu, estava a Ministra do Meio Ambiente lá dentro da Verde Para Sempre, na criação da associação, e já se sabia que o próximo passo era o Anapu, porque era a área conflitante próxima. E aí houve, então, o sinal: *“Não, nós estamos dispostos a ir para o enfrentamento com o Governo”*. Então, o Governo já tinha estabelecido, já tinha tomado a decisão de fazer o enfrentamento, até porque a primeira vez em que o IBAMA chegou à região para fazer a apreensão de madeira, os fiscais do IBAMA, por exemplo, lá em Medicilândia, foram presos dentro de um hotel por 3, 4 madeireiros do Município. Depois fizeram o trancamento da rodovia em Altamira. Mas, quando o Governo decide fazer um enfrentamento e começa pela Verde Para Sempre, decretando um milhão e 400 mil hectares, e sinalizando *“nós vamos agora para o Anapu”*, então acontece esse fato. Portanto, quero afirmar para você, porque conheci a movimentação, o envolvimento de todos no trabalho, não há, não houve em nenhum momento e não há esquema. Irregularidades, sim — irregularidades, com certeza, houve, porque, na medida em que você ... Plano Desmate é só para quem ainda não tinha derrubado os 20%. No caso do Anapu, para a área de assentamento, poucos tinham derrubado. Inclusive essa matéria que foi mostrada aí, me parece que já ali para o Município de Altamira, porque tem assentamentos que já ultrapassaram os 50%.

Então, eu queria fazer essa consideração. Não se você quer fazer algum comentário. Depois, eu vou fazer-lhe algumas perguntas. Eu tenho uma série de perguntas, mas, na medida em que você já for respondendo algumas, eu não vou ficar aqui fazendo perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - No seu caso, estamos abrindo um precedente, para que tenha mais tempo, para que se



possa fazer com tranqüilidade. Mas, de toda forma, solicito tanto ao depoente quanto ao Deputado que sejam bastante objetivos nas perguntas.

O SR. LEONARDO COUTINHO - Eu só queria fazer uma consideração que eu acho importante, porque o senhor diz que não foi ouvido no processo. O que acontece é o seguinte: o André Rizek, que é co-autor da matéria, ele só obteve uma resposta da sua assessora, Gisele da Silva, no sábado de manhã, quando *Veja* já estava sendo rodada na gráfica e parte já havia sido distribuída. Certamente ele avisou que nosso prazo de fechamento é sexta à noite. E essa é a razão de o senhor não ter sido citado na matéria. Sobre a acusação à *Veja*, acho que é uma leitura pessoal sua, mas a revista não ataca o Safra Legal — ataca o mau uso que fizeram do Safra Legal. Era somente esse esclarecimento. Obrigado.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Só mais uma. O senhor conhece o Paulo Maia e o Elielson Farias, que foram citados na matéria?

O SR. LEONARDO COUTINHO - Não os conheço. Só por leitura de noticiário.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Não esteve, em nenhum momento, com eles, para fazer algum tipo de matéria?

O SR. LEONARDO COUTINHO - Não.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Certo. Nem também ouviu o Sr. Paulo Medeiros, Chiquinho, Irani Trevisan, citados como candidatos que receberam dinheiro?

O SR. LEONARDO COUTINHO - Eu, não. Precisaria ver com o meu colega que trabalhou na matéria.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - O senhor, para crédito à denúncia contra os políticos do PT, faz referência à irmã Dorothy, que teria dito que quem estava desmatando a floresta eram Deputados do partido que ela ajudou a eleger. Pergunto ao senhor: o senhor não acha antiético imputar essa palavra a alguém já falecido, que nem sequer pode confirmar ou desmentir?

O SR. LEONARDO COUTINHO - Essa é uma pessoa que disse isso. É uma fonte e deveria se questionar a quem está devidamente creditado a essa fala: é do Sr. Amarildo Formentini.



O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - O senhor, em 24 de setembro de 2003, escreveu para a revista *Veja* matéria afirmando que ocorreu um aumento do desmatamento no Estado do Acre, no primeiro Governo de Jorge Viana. O senhor recorda dessa matéria?

O SR. LEONARDO COUTINHO - Recordo: *O Crime da Motosserra* é o título.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - A respeito dessa matéria, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre reagiu firmemente em nota pública e, em certo trecho da nota, afirma que o Governo do Estado do Acre considera mentirosa a matéria. O repórter tratou de um assunto complexo por telefone e está sendo desmentido por sua principal fonte, o Coordenador do Programa de Monitoramento Ambiental da Amazônia, o INPE, Dalton de Morisson Valeriano. O que o senhor tem a dizer sobre esse fato?

O SR. LEONARDO COUTINHO - Na ocasião, o INPE me passou os dados por entrevista. Eu estava em Belém, e o INPE é em São José dos Campos. A fonte que me passou as informações voltou atrás. Mas, se sua pesquisa fosse um pouquinho mais apurada, o senhor teria visto, na semana seguinte, que *Veja* publicou um *box* dizendo que o INPE havia pedido uma revisão desses dados, porque nem eles tinham certeza. Feita a revisão, foi constatado, não me lembro o número exato, mas a taxa que havia sido apurada por mim era de 1.024 hectares. E o INPE refez as suas próprias contas, porque eles confundiram bambuzais, uma série de coisas, e chegou a 800 e alguma coisa — não me lembro. Eu errei na matéria e nós demos a correção. Eu não tenho nenhum problema em dizer. Um jornalista, qualquer que seja, é passível de erro. Eu errei ao considerar as imagens inteiras que o INPE passou. E tinha um pedaço do Estado de Rondônia, que contaminou o dado. Mas, vinda a auditoria do INPE, comparada com o ano anterior, a curva do desmatamento foi a mesma. Ou seja, o desmatamento cresceu no Acre. O erro foi no número, que foi corrigido. Erramos o número, mas a matéria é correta — o desmatamento cresceu, sim, no Estado, sendo auditado, inclusive, pelos pesquisadores da Universidade de Santa Bárbara, que fizeram uma revisão das imagens e viram que, naquele ano, cortou-se mais madeira, sim, no Estado. E era um ano eleitoral, um ano em que houve denúncias de que havia sido feita liberação de desmatamento por um sujeito chamado Jairon Nascimento, em troca de votos.



Ele foi exonerado pelo Jorge Viana, 6 meses antes da minha matéria. Ou seja, as coisas se confirmaram. O Governo está no direito dele de reclamar, mas, na semana seguinte, o senhor pode encontrar uma resposta melhor em nossa publicação.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Com relação ao... Eu tenho várias perguntas, Sr. Presidente, mas vou deixar também o tempo para outros Parlamentares. Com relação ao depoimento do Leivino, que é o Presidente da Associação, a matéria cita que ele disse que a associação gastou em torno de 2 milhões entre ajudas para a campanha e o programa, a construção do programa. V.Sa. afirma que ele disse isso para o senhor?

O SR. LEONARDO COUTINHO - Disse. Ele citou 2 milhões.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Na matéria, aquilo que está na matéria, ele...

O SR. LEONARDO COUTINHO - Tudo, não é? Todo o processo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - É, é.

O SR. LEONARDO COUTINHO - Todo o processo envolvendo contratação de pessoas, extração da madeira: 2 milhões.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Certo.

Sr. Presidente, por enquanto eram essas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Na seqüência, o Deputado Gabeira.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Como está havendo muitas CPIs, não estou acompanhando esta com todos os detalhes que eu gostaria. Até não entendi por que chamaram o repórter — foi a equipe que chamou. Sobre essa questão da Dorothy Stang ter falado alguma coisa sobre o Partido dos Trabalhadores, eu acho possível que isso tenha existido, porque, naquele momento em que ela falou, muita gente já se sentia traída pelo Partido dos Trabalhadores. E a própria família dela já escreveu uma carta anteontem, dizendo claramente que não estava satisfeita com o curso das punições no Brasil. Acho que temos que compreender que o ano passado foi um ano com 126.130 quilômetros quadrados destruídos na Amazônia. Possivelmente, houve um avanço da destruição em todos os Estados. É claro que Mato Grosso liderou o quadro, mas houve um avanço em todos os níveis. Se o Partido dos Trabalhadores teve ou não participação direta



nisso, é uma questão que está sendo discutida aqui. Mas eu acuso o ex-Ministro José Dirceu de ser o diretor de um projeto de prevenção e combate às queimadas que foi um fracasso retumbante, porque exatamente o processo que ele desenvolveu reunindo 7 Ministros e investindo algum dinheiro resultou num aumento bastante grande da destruição. Então, realmente houve, da parte do Ministro José Dirceu e de todos os Ministérios envolvidos, um erro fundamental. O processo não foi bem conduzido.

Agora, evidentemente que estamos tratando na história do Pará de problemas mais específicos. E eu não creio que o processo de conhecimento do que se passou se dará apenas pela leitura da reportagem. Eu vim aqui apenas para, como se diz na gíria, cumprir tabela, no sentido de participar da CPI hoje. Cedo ou tarde, teremos de trazer aqui os responsáveis por esse projeto de prevenção e combate ao desmatamento na Amazônia. Inclusive o ex-Ministro José Dirceu deve explicar a magia de ser o organizador, o controlador, o monitorador de um projeto dessa envergadura, sem ter ido à Amazônia praticamente nenhuma vez olhar em campo o que se passou. Tenho absoluta certeza de que ele jamais viajou de Altamira a Anapu para conhecer o Estado da Transamazônica. Ele jamais entrou naquela mata um pouco adiante da estrada, para ver o que se está se passando realmente.

Isso é um desastre para o Brasil. Um projeto desenvolvido no gabinete que resultou no que resultou. Não estamos discutindo a participação ou não dos Deputados. É apenas um aspecto do imenso fracasso que foi o plano de combate e prevenção ao desmatamento na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. Agradecemos ao Deputado Fernando Gabeira a participação.

Concedo a palavra à Deputada Maria Helena.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apenas gostaria de perguntar ao depoente se essas informações que lhe foram passadas pelo Sr. Leivino e pelas outras pessoas que aqui não foram identificadas, com relação a esse “esquema”, entre aspas, que eles identificavam como esquemas, no qual foram usados, segundo a reportagem, métodos antes nunca vistos, se essas informações, mesmo sendo verbais, se a reportagem checou a veracidade delas antes de divulgá-las.



O SR. LEONARDO COUTINHO - Bom-dia, Deputada. O processo de preparação dessa reportagem levou 3 meses. A denúncia original dizia, mais ou menos resumo da notícia, que havia sido feito um financiamento legal para campanhas em troca de liberação do desmatamento e que havia um salvo-conduto, que era o adesivo. Em síntese, a checagem das denúncias foi feita da seguinte forma: foram ouvidas novas fontes independentes e não ligadas a esse primeiro denunciante. Três pessoas declararam ter participado dessa reunião e deram detalhes. Foram conversados, conversa em momentos distintos, detalhes bastante peculiares, que batiam. Reunião essa que não é uma reunião pública, uma reunião na residência do Leivino Ribeiro. E depois entramos na fase da checagem das tais provas materiais que nos foram entregues. O adesivo — a gente chegou até a duvidar da veracidade desse adesivo. O adesivo foi feito. A HB Lima confirmou que ele existia e a HB Lima confirma que ele era salvo-conduto. Ela disse em uma entrevista que foi gravada por mim. Vou explicar esse processo de gravar entrevista. É para consumo meu, para eu poder tirar uma dúvida. Mas como, no caso, a HB Lima e o Leivino Ribeiro, da AMMAPA, negaram, elas tiveram essa função de comprovar o que está escrito ali. Porque houve um processo de tentativa de desqualificação do trabalho. Então, a HB Lima confirma que o adesivo existiu. O adesivo já esteve aqui. Ela já depôs dizendo também e que ele era salvo-conduto, em entrevista concedida a mim no dia 1º de abril. Isso já estava resolvido. E o Leivino Ribeiro afirma ter dado 2 milhões — dado, não, perdão —, ter gastado 2 milhões no processo, processo esse que inclui financiamento de campanha, contratação de peões para cortar madeira, caminhões para transporte, enfim, todo o processo logístico das madeiras, vinte e duas. Tendo checado que o financiamento existiu, financiamento não declarado, porque eu tive o cuidado de levantar todas as prestações de campanha. Os Parlamentares envolvidos chegaram a dar uma entrevista, em Belém, no dia... Bem, infelizmente, essa cópia está sem a data, mas 2 ou 3 dias depois da publicação da matéria, assumindo e dizendo que o financiamento era legal e tinha sido declarado, o financiamento não declarado. Eu havia checado isso, tomei esse cuidado via *site* do TSE e falei com os cartórios eleitorais em Pacajá e em Anapu, que me passaram as informações. No caso, o Chiquinho sequer declarou, sequer prestou conta da sua campanha. Então, fechado



esse quadro de apuração e com dados que chegaram posteriormente... Eu havia explicado no começo desta sessão que um Parlamentar desta Casa, o Deputado Babá, nos encaminhou uma outra fita, além daquelas que nós tínhamos, além da apuração de campo, das pessoas que eu ouvi...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LEONARDO COUTINHO - Está na matéria, exato, transcrito. Uma outra fita e o adesivo, finalmente o adesivo, que a gente nunca materializado. E o adesivo, ele havia conseguido o adesivo, e foi a razão de que, fechados todos os blocos de apuração, nós achamos que a matéria estava suficientemente apurada e calçada para que pudéssemos publicar a denúncia dessas pessoas que vivem na Transamazônica. Esse foi o processo.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA - Só mais uma pergunta: o Sr. Leivino chegou a mostrar para a reportagem e para os repórteres os documentos que comprovavam pelo menos a contratação de pessoal e o transporte de madeira?

O SR. LEONARDO COUTINHO - Não, ele não apresentou nada. O...

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA - Ele disse que não teria nenhum documento que comprovasse essa despesa de 2 milhões?

O SR. LEONARDO COUTINHO - Não, eu não pedi essa comprovação a ele, porque eu precisava da comprovação da Justiça Eleitoral, que é uma comprovação oficial, porque ele me entregar um recibo lá, ele poderia pegar do posto de gasolina, qualquer coisa. Então, eu precisava de uma comprovação da Justiça Eleitoral. Eu tenho acompanhado os trabalhos desta Comissão, e o Sr. Leivino confirmou aqui esse financiamento. Se não me falha a memória, foram solicitados a ele esses recibos de prestação de campanha. Não sei se ele entregou, mas nós não tivemos acesso. Isso não foi solicitado a ele por uma opção de querer checar por vias oficiais.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA - Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Eu queria, em aditamento à solicitação da Deputada Maria Helena, dizer que, quando estive aqui, o Sr. Leivino negou peremptoriamente que houvesse declarado uma ajuda de 2 milhões de reais à campanha. Logo em seguida, foi colocada uma fita de áudio, na qual ele reconheceu sua própria voz citando os 2 milhões. Nós abrimos a



oportunidade de ele se retratar, para que não houvesse o crime de falso testemunho, com todas as cominações legais previstas no Código de Processo Penal. Ele o fez e disse que nos mandaria uma relação dos gastos. Enviou-nos uma relação dos gastos, mas dizendo já no cabeçalho: *“São gastos que eu não posso comprovar através de notas ou recibos, porque não foram gastos somente pela AMMAPA.”* Nessa relação, ele fala sobre aquisição de terrenos, limpeza de terrenos, contratação de mão-de-obra temporária, aquisição de ferramentas — que posso deixar uma cópia para a senhora — e, somente no finalzinho, coloca possivelmente aquilo que foi realmente declarado oficialmente e os gastos da campanha do PT no Município de Anapu: foram de 129 mil. E os gastos na campanha do PT, efetuados por empresas e não repassados ao Comitê, como horas de máquina, fretes de caminhão e óleo diesel, são apenas 87 mil reais. Está a sua disposição.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, só uma questão de ordem, uma questão de correção, porque ele afirma que os 2 milhões não eram para a campanha, eram entre campanha e o programa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Isso.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Agora, eu insisto em que a... Bom, ele já está prestando contas, porque, na verdade, ele fez uma afirmação totalmente irresponsável, porque 2 milhões. Quer dizer, e eu continuo cobrando que ele preste contas, porque é uma associação. Que ele preste contas de onde foi gasto o dinheiro, porque ele fala de 120 mais 80.

(Não identificado) - Somente isso.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Falta 1,8 milhão. Ou ele falou na hora da reportagem algo sem pensar, ou ele falou para realmente complicar as coisas, porque é impossível que uma pessoa fale uma coisa, fale 2 milhões e depois só gastou 200. Quer dizer, é uma irresponsabilidade tamanha. Quer dizer, se gastou, gastou onde? Porque eu também tenho interesse em saber onde foi gasto esse recurso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Estamos disponibilizando uma cópia onde ele detalha onde gastou os 2 milhões.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Tranquilo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Bom, eu queria, como não há mais perguntas, só informar o seguinte: que, na semana passada, nesta última sexta-feira, foi instalada uma correição extraordinária, que é o que precede uma eventual intervenção, levada a efeito pela direção do IBAMA no Estado do Pará. Com certeza, essa correição é resultado dos trabalhos aqui desta CPI, que contaram com a participação de todos os Deputados integrantes da CPI, e motivadas essas investigações pela denúncia que foi feita pela revista *Veja*, que foi, sem dúvida nenhuma, quem deu o início a todas essas investigações.

Gostaria de saber se algum Deputado que teria mais alguma coisa a declarar.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente, só para ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Com a palavra o Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Bem, quanto à questão do Dr. Bicelli, imediatamente, quando foi levantado que ele já teria sido denunciado também, eu pedi a nossa Assessoria que tomasse as providências para que pudéssemos modificar. Então, o que já foi feito, Deputado, foi comunicado ao IBAMA que o IBAMA teria a liberdade para constituir a equipe, coisa que não tinha anteriormente. O Dr. Bicelli foi indicado por um requerimento. Então eu também já pedi à Assessoria que elaborasse um requerimento de retirada dele dessa questão, que vai ser votada provavelmente na próxima ...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Ele foi mencionado, mas, de qualquer maneira, houve um questionamento e é melhor que não entremos nesse aspecto. Então, eram esses esclarecimentos só. Mas o IBAMA já está com liberdade, autorizado a formar sua equipe de investigação. Com essa correição que foi para lá, evidentemente, essa correição precede uma intervenção e provavelmente vai haver uma grande auditoria geral lá, coisa que nós devemos evidentemente ressaltar que, indiscutivelmente, é resultado do nosso trabalho. Assim como a operação que gerou aquelas prisões do Mato Grosso foi resultado do trabalho da primeira parte da CPI, que foi a primeira CPI sobre isso.

Então, Sr. Presidente, eram essas também as observações que eu gostaria de fazer, agradecendo ao nosso expositor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Agradeço o cumprimento e agradeço a presença do depoente Leonardo Coutinho, dos Srs. Parlamentares, assessores e presentes e declaro encerrada a presente reunião.

Antes, temos alguns requerimentos — só um requerimento. O requerimento nº 134, de 2005, do Sr. Sarney Filho, que requer informações ao IBAMA sobre atividades de fiscalização empreendidas pela autarquia.

Com a palavra o Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Este requerimento é mais um dentro daquele nosso objetivo de esclarecer todas as ocorrências e tudo aquilo que foi feito nos últimos 4 anos, para somente termos elementos, para poder já ir concluindo o relatório parcial que está sendo feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, na reunião passada, eu fiz aqui um requerimento verbal questionando aquela reunião sigilosa que aprovou requerimentos, e a reunião não tinha *quorum*, só tinha 2 Deputados. Inclusive eu não vejo por que aprovar requerimentos. Acho que depoimentos podem ser sigilosos, mas os requerimentos deveriam ser votados, aqui, em plenário. E eu queria saber quais foram as providências tomadas no sentido da anulação da aprovação daqueles requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. Houve um recurso à Mesa, do Deputado Dr. Rosinha, e mais um outro, do Deputado Fernando Ferro. A Mesa notificou esta CPI para que fizesse a sua manifestação. Nós já apresentamos a nossa argumentação e estamos aguardando a decisão da Mesa a respeito do assunto.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradecemos a presença de todos.



Antes de encerrar os trabalhos, convocamos os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, no dia 1º de setembro, às 10 horas, no Plenário 11.

Está encerrada a reunião.